

**“A CHEGADA DO ESTRANHO”: MINERAÇÃO E CONFLITOS
POR ÁGUA NAS COMUNIDADES CAMPONESAS DE CAETITÉ E
PINDAÍ- BAHIA, BRASIL**

**“THE ARRIVAL OF THE STRANGE”: MINING AND WATER
CONFLICT IN RURAL COMMUNITIES OF CAETITÉ AND-
PINDAÍ-BAHIA, BRAZIL**

**“LA LLEGADA DEL EXTRAÑO”: MINERÍA Y CONFLICTOS POR
EL AGUA EN LAS COMUNIDADES CAMPESINAS DE CAETITÉ
Y PINDAÍ, BAHÍA, BRASIL**

Fernanda Oliveira Rodrigues¹
f.oliveira2011@yahoo.com.br

Wesley Borges Costa²
wes_borges@hotmail.com

RESUMO: O presente texto visa analisar os conflitos por água causados a partir da implantação do Projeto de Mineração Pedra de Ferro pela empresa Bahia Mineração nos municípios de Caetité e Pindaí, Bahia. Para tal objetivo, recorreremos à pesquisa bibliográfica a fim de discutir a questão agrária no país, as disputas territoriais, os conflitos por água e a mineração, bem como se fez uso da pesquisa de campo composta por entrevistas semiestruturadas com camponeses atingidos pelo referido projeto de mineração e coletas de dados geodésicos. O texto discute as políticas de desenvolvimento territorial e gestão das desigualdades e da pobreza, o papel do estado nas transformações econômico territoriais no Sertão produtivo da Bahia; os conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetité e Pindaí. Dessa forma, apresentamos os dados coletados em campo a fim de revelar as ações no processo de luta pelo uso e preservação da água.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia, Sertão Produtivo, Políticas territoriais, Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT: This work aims analyze the water conflicts caused from the implantation of mining Project Iron Stone by the business Bahia Mining in the cities of authors that discuss the agrarian question in country, the territorial disputes and the water conflicts, as well as made use of field research composed for semi-structured interviews with peasants affected by such mining project. The text discusses the role of the state in economic territorial transformations in the backwoods productive of Bahia; the conflicts for water in rural communities of Caetité and Pindaí; and, finally, present the data collected in the field whose speech of interviewees reveals the actions in the process of disput for use and preservation of water in rural communities of Caetité and Pindaí; and, finally, present the data collected in the field whose speech of interviewees reveals the actions in the process of disput for use and preservation of water.

KEYWORDS: Bahia. Productive backwoods. Territorial policies. Territorial Development.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, Campus VI. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

² Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus VI. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (Catalão). Membro dos Grupos de Pesquisa “Geografia e Transformações Contemporâneas” (CNPq/UNEB) e Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioambiental (GADIS) (CNPq/UNESP).

RESUMEN: El presente se pretende analizar los conflictos por agua originados a partir de la implantación del Proyecto de Minería “Pedra e Ferro” de la empresa “Bahia Mineração” en las ciudades de Caetitê y Pindaí, las cuales hacen parte del territorio de Identidad del Sertão Produtivo en Bahia (Brasil). Con este objetivo recurrimos metodológicamente a la revisión bibliográfica con el fin de discutir la cuestión agraria en el país, las disputas territoriales y los conflictos por el agua, también se fundamenta en los materiales recopilados en trabajos de campo, especialmente en las entrevistas semiestructuradas realizadas con campesinos afectados por este proyecto. En este sentido, el texto expone discusiones centrales acerca de las políticas de desarrollo territorial y la gestión de las desigualdades y de la pobreza, el papel del Estado en las transformaciones económico-territoriales en el Sertão Produtivo de Bahia; los conflictos por el agua en las comunidades campesinas de Caetitê y Pindaí; y, al final, presenta los datos e informaciones recolectadas en trabajos de campo destacando los testimonios de los entrevistados revelando las acciones en el proceso de lucha por el uso y preservación del agua.

PALABRAS CLAVE: Bahia (Brasil), Sertão Produtivo. Políticas territoriales. Desarrollo territorial.

INTRODUÇÃO

A necessidade de realização do lucro do modo de produção capitalista coloca contundentemente em evidência a busca pelos recursos naturais. A terra, a água e os minérios são transformados em itens mercantis. Assim, à medida que o capital avança no campo, crescem os conflitos por terra, água e a violência do Estado para atender as demandas de políticas fomentadas por órgãos mundiais, como o Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, cuja pauta se baseia nas políticas agroexportadoras de natureza expansionista/acumulativa.

O Brasil, a cada sucessivo governo, tem presenciado o fortalecimento da política econômica pautada no modelo do agronegócio mantendo uma sólida aliança, que “não se desmancha no ar”³, entre Estado e as grandes corporações que compõe os conglomerados do agronegócio. A vastidão a perder de vista das terras que abrigam cana e soja, bem como os grandes projetos de mineração, denunciam a realização permanente da, a reforma agrária ao contrário⁴, em suma, o fortalecimento e efetivação do latifúndio acompanhado pela violência no campo contra populações de comunidades tradicionais, quilombolas, posseiros e sem-terras, tendo como os principais agentes da violência empresários, mineradoras, madeireiros, grileiros e fazendeiros. Acionistas das práticas burguesas, agindo dessa maneira em toda a sua história, com o objetivo maior de manter seu *status quo* na estrutura de classes.

³ Alusão à frase usada por Marx no Manifesto do Partido Comunista ao falar sobre a expansão da burguesia, ao afirmar que esta destrói todos os laços idílicos, feudais e o abalo incessante de todo o sistema social “tudo que era sólido desmancha-se no ar” (BOGO, 2010, p.88).

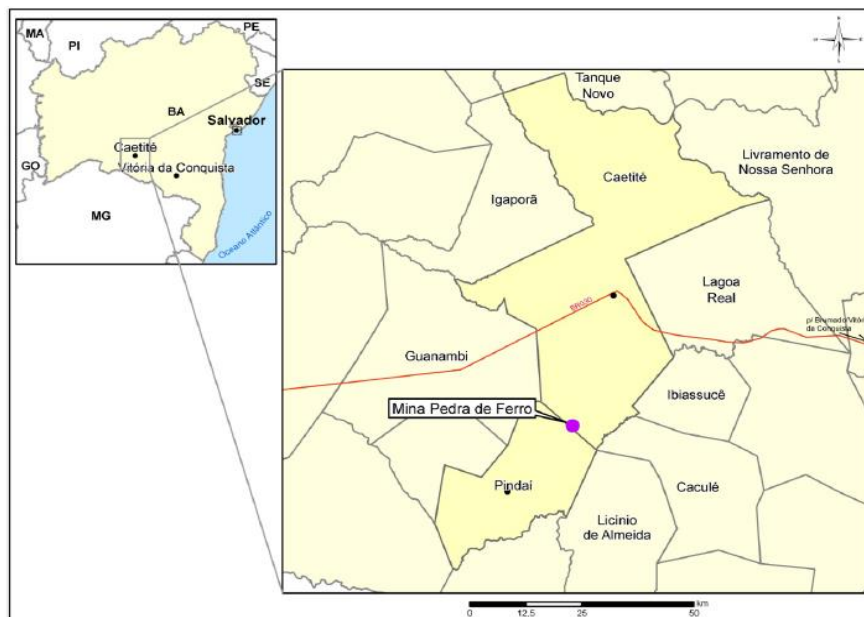
⁴ Expressão utilizada por Eduardo Galeano (2002) em “As veias abertas da América Latina”.

Historicamente conhecida, à luta pela terra no Brasil e América Latina, na última década, registrou o aumento de conflitos e disputas por água nos territórios brasileiros. Os causadores de conflitos por água são, em sua maioria grandes projetos, as Barragens e açudes foram responsáveis por 46% dos conflitos em 2013, cuja maioria está relacionada à implantação de hidrelétricas. As mineradoras são responsáveis somaram 30% e a maioria dos casos situam nas regiões Nordeste e Sudeste. Quase soando como ironia, dos 28 casos registrados em 2013, 17 estão localizados no semiárido, onde tem uma demanda grande por água, racionada para a população e disponibilizada para as mineradoras (CPT, 2014).

O setor minerário tem recebido um grande incentivo do Estado para implantação de megaprojetos no Brasil, com a construção de infraestrutura a exemplo das ferrovias, e minerodutos e portos, a exemplo do Terminal Ponta da Tulha em Ilheus, além da tentativa de criação de leis que respaldam ações nocivas das empresas mineradoras, como o novo marco regulatório da mineração representado no Projeto de Lei 5807/13.

O Estado da Bahia não difere da conjuntura nacional, incentiva o avanço das políticas das grandes corporações no campo, e consequentemente impulsiona/financia um alto índice de conflitos, expropriações de terra, conflitos por terra e água, assassinatos de camponeses causados pela implantação e instalação dos grandes empreendimentos. Dentre os vários projetos de desenvolvimento instalados nos territórios do Estado da Bahia, em especial o complexo energético e minerário instalado no sertão baiano já é responsável por um grande número de registros de conflitos no campo o que se materializa nas ações das empresas minerárias de exploração de ferro e urânio, nas empresas voltadas para construção do parque eólico e na construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). Esses conflitos atingem populações camponesas de Caetitê e Pindaí que tiveram suas propriedades expropriadas como Antas Velhas e Palmito (comunidades tradicionais negras), bem como Riacho da Vaca, Gameleira, Colônia que também as famílias foram retiradas de suas terras e as mais de 212 famílias em conflito por terra e água com a mineradora Bamim (CPT, 2014) quando consideramos o traçado do projeto.

Figura 01 - Localização da Mina Pedra de Ferro, Caetité e Pindaí, Bahia



Fonte: EIA/RIMA Pedra de Ferro, 2009.

O Estado por meio das políticas de desenvolvimento territorial tem planejado e ratificado a entrada de grandes projetos das empresas ligadas ao agronegócio, sob o discurso da gestão territorial, e da participação das comunidades locais no funcionamento desses grandes projetos. O consenso social amparado nos preceitos da democracia de mercado⁵, como canto de sereia, tentam atrair as classes oprimidas e despossuídas de que são a solução para os problemas e desigualdades sociais.

Diante das considerações iniciais postas, este trabalho se constitui de pesquisas e reflexões oriundas da conclusão do curso e da trajetória de pesquisa na Universidade do Estado da Bahia. Visando discutir os conflitos por água causados a partir da implantação do Projeto de Mineração Pedra de Ferro pela empresa Bahia Mineração nas cidades de Caetité e Pindaí, pertencentes ao território de Identidade do Sertão Produtivo⁶ na Bahia.

Para tal objetivo, recorreremos à pesquisa bibliográfica de autores que discutem a questão agrária no país, as disputas territoriais e os conflitos por água, bem como se fez uso da pesquisa de campo composta por entrevistas semiestruturadas com camponeses atingidos pelo referido projeto de mineração. Para tanto, o texto acompanha três discussões principais: as políticas de desenvolvimento territorial e gestão das desigualdades

⁵ Cf. Santos [et. al] (2003).

O território de Identidade do Sertão Produtivo foi definido pelo Governo do estado a partir de meados de 2004, integrando 27 municípios. As políticas de desenvolvimento caracterizadas pela aliança estatal com as grandes corporações foram ratificadas pano de fundo principal do crescimento dos municípios, sob o *Ethos* da sustentabilidade e responsabilidade social. 445 mil habitantes, sendo que a população urbana representa 80% do total (IBGE, 2013).

e da pobreza o papel do estado nas transformações econômico territoriais no Sertão Produtivo da Bahia; os conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetité e Pindaí; e, por fim, apresenta dados coletados em campo cuja fala dos entrevistados revela as ações no processo de luta pelo uso e preservação da água.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS E A (INDI) GESTÃO DA POBREZA

O conceito de desenvolvimento ganhou importantes dimensões após a Segunda Guerra Mundial. Os planejadores propagavam que as desigualdades sociais e a pobreza deveriam ser estudadas e a solução para tais mazelas residia no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento de caráter científico, políticas essas que poderiam ser destinadas de acordo as especificidades de cada país, os quais entendiam que passavam por etapas diferentes de desenvolvimento. Resumidamente, pode-se dizer:

El concepto de desarrollo es una herencia de la posguerra, surge cuando Europa trata de recuperarse de los efectos devastadores de la Segunda Guerra Mundial. Se difunde por El mundo, gracias a las Naciones Unidas que lo incorpora en sus diferentes programas e instituciones. El origen del desarrollo a nivel conceptual se ubica en la economía neoclásica, que prioriza las teorías de la distribución de la riqueza (ARGUETA, 2007, p.45).

O desenvolvimento foi adotado como um exercício e planejamento científico para superação das desigualdades, em que Estados e Municípios almejam a adoção de políticas públicas e de distribuição de renda:

A serviço do planejamento, a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento: a ver da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (SANTOS, 2003, p.15).

A exploração dos países pobres pelas grandes potências é condição imprescindível para garantia do pleno desenvolvimento do capital e sua acumulação. As ideias do desenvolvimento embasadas em concepções historicistas e asseguradas pelo planejamento. A realização da segurança da dominação econômica que o planejamento representa, fez se inventar o Terceiro mundo. Ainda segundo Santos (2003, p. 15), “o

subdesenvolvimento foi discutido, condenado [...], os homens do mundo mais pobre esqueceram-se de que eram pobres e passaram a considerar-se subdesenvolvidos.”

A pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Forneceram-se numerosos índices para provar a distância para provar a distância entre países ricos e pobres e para inferir que esses últimos deveriam imitar os primeiros se quisessem superá-las (SANTOS, 2003, p.15).

No Brasil, os artifícios do desenvolvimento são fortemente incentivados no contexto pós Segunda Guerra Mundial, tendo o Estado como indutor das políticas de desenvolvimento, principalmente através da substituição de importações, fortalecimento da indústria e fornecimento de crédito (LIMA, 2012).

Os planos de desenvolvimento, desde que assumiram tal importância no cenário brasileiro, passaram por modificações condicionadas essencialmente pela conjuntura econômica e política no país e ao processo de arranjo acumulativo do capital em escala mundial. Destarte, foram planejados e executados os modelos de desenvolvimento regional entre os anos de 1960- 1980. Após a implementação de projeções que visavam o Desenvolvimento Regional⁷, o local “como território de empreendimento” (LIMA, 2012) passa a ser receptáculo das políticas de fomento ao desenvolvimento, pois é a partir das relações do lugar com o regional/nacional/global que poderemos buscar a ideia do todo dessas questões.

O declínio do modelo de desenvolvimento regional elege território como novo palco das grandes atrações econômicas. A partir das contribuições de Gomez (2008), observa-se que os insucessos obtidos nas últimas cinco décadas somados à necessidade de acompanhar as tendências sociais e políticas em curso fazem com que as instituições internacionais formulem uma nova política de desenvolvimento baseadas no desenvolvimento territorial rural.

[...] Como referencia fundamental se toma una tendencia que viene considerando el territorio de vital importancia para el desarrollo. Una tendencia inspirada, entre otros, en los estudios realizados a partir de los años 1980 sobre el fenomeno de la *Tercera Italia*, en los trabajos de la división territorial de la OCDE (1994 y 1996), em el programa EZ/EC (Emowerment Zones and Enterprise Communities) del gobierno de los EUA, también en la década de 1990. Se trata, por tanto, de una propuesta reciente, que comienza a formularse sólo en los primeros años del siglo 21, pero que en América Latina rápidamente gana un espacio

⁷ Sobre a Política de Desenvolvimento regional enquanto paradigma do modelo de desenvolvimento da época Cf. Perroux (1964); Lima (2012); Gomez (2006).

privilegiado em las agendas de las organizaciones multilaterales y de los gobiernos nacionales y locales (GOMEZ, 2008, p. 251).

Nesse cenário de modificações e adaptações, Lima (2012) nos esclarece que no cenário brasileiro, o território passa a ser adotado como paradigma para o novo modelo de desenvolvimento. Para o autor,

A retórica envelhecida do discurso do desenvolvimento se plasma na dimensão política escalar na institucionalização do território enquanto local de empreendimento, passando a disseminar institucionalmente o planejamento estratégico territorial como perspectiva de autodesenvolvimento territorial. O local compreendido como território nada mais é, nessa lógica senão uma área com características produtivas comuns, que potencialmente, dispõe de condições objetivas para alcançar melhorias (LIMA, 2012, p. 126).

A partir dessa perspectiva, o território é caracterizado pela identidade que os indivíduos mantêm com o lugar, o sentimento de pertença é o promotor do processo de territorialização/desterritorialização. Ao tempo, em que lhe é retirado a substancialidade marcada pelas relações de poder e apropriação desigual do espaço, essa lógica de conceituação e a apropriação do território “é substrato ideológico necessário para a consolidação da prática individualista, que pressupõe a participação empreendedora dos agentes locais” (LIMA, 2012, p. 127).

A expansão do capital por todos os espaços do planeta é um determinante para sua existência. Sua reprodução se dá de forma internacionalizada. Porém o desenvolvimento em escala nacional se insere na sua esfera de reprodução. Nesse sentido, é que a escala local é tratada também como receptáculo para as políticas públicas, e transformada em território:

Considerando que a expansão do capital sobre o espaço é um imperativo indissolúvel e que esse intento é limitado pela finitude do planeta, o capitalista através de instituições financeiras e em parceria com o Estado afiança um rearranjo espacial que permita subordinação do local enquanto território. O capital, então, sem perder de vista seu caráter global articulado com a esfera nacional, como suporte de sua iniciativa, apropria-se da escala territorial (LIMA, 2012, p. 137).

As políticas de desenvolvimento territorial têm “caído como uma luva” na resolução dos problemas da desigualdade e pobreza gerados pela apropriação desigual da produção e contradição capital x trabalho. Emolduradas pela gestão democrática dos territórios, com a participação dos agentes locais, postula-se como a melhor saída para a

resolução dos conflitos o consenso e participação democrática, sem a preocupação com a transformação do modelo social estabelecido. Para Gomes (2008),

Em los tiempos que vivimos, el consenso goza de una legitimidad incontestable. Contrariamente a una lectura del mundo como amenazado por conflictos que lo arrastrarían al caos y la barbárie (el terrorismo promovido por el Eje Del Mal, La violencia urbana, las disputas étnicas y religiosas etc.), el consenso aparece como el bálsamo necesario para tranquilizar la conciencia social: existe una posibilidad de entendimiento, a través del diálogo, que nos permite evitar la destrucción (GÓMEZ, 2008, p. 249).

Santos (2003) nos diz que a penetração infortuita - centrada apenas na acumulação- do capital e do capitalismo nos países pobres se deu em três etapas: a primeira pelo uso da força, a segunda pelo desenvolvimento de monopólios e aumento da concentração de capital e a terceira fase, que consiste na gestão e planejamento da pobreza.

Chegamos agora a terceira fase, que ao contrário das outras duas, espalha-se praticamente sem lapsos cronológicos através de todo o Terceiro Mundo. De ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza. Eles passarão, portanto, a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza: a pobreza planejada (SANTOS, 2013, p. 29).

Neste sentido, as políticas de desenvolvimento territorial no campo brasileiro têm ganhado força na última década. Essas políticas, incentivadas pelo Estado através da parceria com o setor privado, trazem o discurso de desenvolvimento local e sustentável das comunidades, além da ideia da autonomia e gestão social dos territórios. A tão aclamada gestão territorial, capacitação dos agentes locais e empoderamento das comunidades locais, são acolhidas com apreço pelo Estado da Bahia, que ampara no seio dessas discussões, sua política de divisão territorial do Estado e investimento nos grandes empreendimentos em parceria com o capital privado para o Território de Identidade do Sertão Produtivo.

O PAPEL DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO SERTÃO PRODUTIVO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu em 2003, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com objetivo de “promover o planejamento e autogestão do projeto de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia” (BARRETO, 2012, p. 12). Na Bahia, as políticas de desenvolvimento territorial, pautadas de acordo os veículos do Governo, se iniciam no mesmo período apoiadas pelo MDA. Uma forma de implementação desses planos é a divisão dos Territórios de Identidade da Bahia. Essa organização e divisão acompanham teoricamente o conceito territorial estabelecido pelo MDA:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BARRETO, 2014, p. 12).

Na Bahia, os Territórios de Identidade foram divididos em 26 unidades. Segundo o Governo, o plano permite um controle regional, para desenvolver as áreas tão desiguais na Bahia, principalmente do semiárido, que ocupa a maior parte do território, porém tem uma participação muito pequena na economia do Estado (BARRETO, 2014).

O Plano de Desenvolvimento Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDTRS), se coloca então como uma proposta de implementação de projetos sustentáveis para a região do Território de Identidade, que leva em consideração a disposição do Governo em democratizar e facilitar o acesso aos territórios rurais, às políticas públicas “numa probabilidade de gestão social, participativa e compartilhada do incremento rural sustentável da região” (PDTRS, 2010, p.8).

O discurso do Estado na apresentação do desenvolvimento territorial tem se colocado como uma alternativa, que parece trazer a gestão das comunidades, da autonomia da agricultura camponesa. Entretanto, essas políticas estão na verdade atreladas ao desenvolvimento da realização do lucro e do consumo. Como poderia as comunidades camponesas com seus modos de vida e trabalho voltados para o valor de uso serem beneficiados por grandes projetos que dizem trazer a sustentabilidade e a participação social das comunidades e populações locais? Ao contrário do que prega o culto aos benefícios, à democratização e participação dos camponeses, os grandes projetos afirmam a dessubstancialização do trabalhador camponês da terra e dos meios de produção e a

submissão de seus produtos e de seu trabalho à lógica mercantil. Sobre as políticas de desenvolvimento territoriais no campo, Lima (2011) aponta que

Todavia a legitimidade desse processo condiciona-se a sua capacidade de envolver de modo tutelado àqueles que vivem, fundamentalmente, através da produção de valores de uso, ou seja: de exercer rigorosamente o controle sobre o trabalho concreto, a terra e se possível, do esteio onde se realiza o trabalho concreto, a terra sem que seja entendido como um controle. Balizado pelo estandarte da sustentabilidade do desenvolvimento, o modelo de desenvolvimento territorial, propositadamente articula um discurso que escamoteia a busca do desvendamento da teia de relações engendradas do sistema exploratório do capital. Palavras como gestão social dos territórios, empoderamento da sociedade civil e apoio à organização dos pequenos produtores soam como um vento refrescante no deserto vazio da emancipação (LIMA, 2011, p.28).

Os projetos de desenvolvimento que o Estado tem promovido para o Sertão Produtivo são baseados nos megaempreendimentos, na cultura do agronegócio, nas empresas mineradoras, resumidamente, na política agroexportadora. A apropriação das nascentes públicas que as comunidades fazem usufruto historicamente e sua conseqüente destruição e substituição por torres eólicas, barragens de estéril mineral ou trilhos de ferrovia tem sido fatos consumados em várias comunidades dos municípios do Sertão Produtivo. Os destaques das atividades produtivas e que dinamizam a economia da região, de acordo os próprios colaboradores do Plano de Desenvolvimento Territorial, denunciam a dominância da monocultura, e dos grandes projetos. Segundo este plano,

Apesar do comércio varejista ter o maior número de estabelecimentos no TI, com aproximadamente 52%, é a administração pública que responde pela maior geração de emprego formal. A mineração é uma das principais atividades, com destaque para a produção de urânio em Caetité. Possui grande potencial para a produção de energia eólica. No que tange ao setor agropecuário, destacam-se a produção de manga e maracujá, sorgo e a recuperação da lavoura do algodão (BARRETO, 2014, p. 23).

Apenas no setor da mineração, estima-se que o Estado baiano investirá ao menos 3,6 bilhões somente na instalação do projeto Pedra de Ferro da empresa Bahia Mineração, nos dois municípios (Caetité e Pindaí). Esses investimentos, em oposição ao desenvolvimento das comunidades, têm provocado expropriações, conflitos socioterritoriais, pela terra, pela água, ficando cada vez mais em evidência que as

necessidades de produção para a vida, está na contramão dos imperativos da ordem do capital.

TERRITÓRIO: conflitos e expropriações de terra no mecanismo de reprodução ampliada do capital

A categoria geográfica território aparece como central para amparar a discussão dos impactos dos grandes projetos e sobre os conflitos no campo. Ainda deve-se considerar o estudo territorial em relação à questão do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a questão agrária brasileira. Para Martins (1991) “a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração.” Caminhando por esse viés, Oliveira (2004) discorre sobre o entendimento do território para o estudo da configuração do espaço rural no Brasil. Segundo ele,

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais políticas, ideológicas, simbólicas etc), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A dinâmica do desenvolvimento e expansão do capitalismo para reprodução ampliada delinea relações que se tornam complexas no que toca à questão camponesa na Brasil. Isso porque o capitalismo expande e pode criar dois tipos de relações no campo : a territorialização do capital, e que o capitalismo se estabelece no campo desenvolvendo relações de produção especificamente capitalista; e contraditoriamente a monopolização do território em que se permite o estabelecimento das relações camponesas. Oliveira (2004) chama atenção para o fato de que não dois processos antagônicos e sim movimentos contraditórios e combinados e igualmente necessários para a reprodução do capital.

A exploração mineral tem crescido demasiadamente no Brasil nos últimos 10 anos, e constitui um dos principais esteios do modelo de desenvolvimento do país. Longe de atender às demandas da população, a lógica que envolve a intensificação das atividades minerárias, é a comoditização, pois a maior parte da produção é destinada ao mercado externo. Segundo o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2013)

A produção mineral brasileira cresceu entre 550% entre 2001 e 2011. Nessa década, a participação da indústria extrativa mineral no PIB cresceu 156%. Em 2000 representava apenas 1,6% e em 2011 passou

para 4,1%. Isso mostra que não apenas a pauta exportadora, mas a própria estrutura produtiva brasileira sofreu uma reversão reprimarizante, qual seja, uma ampliação da participação percentual dos setores primários em detrimento das indústrias de transformação por exemplo.(Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2013, p.6)

O objetivo principal do aumento da produção mineral é o fortalecimento de acordo às demandas do mercado, equilíbrio da balança comercial brasileira e do balanço de pagamentos. Por isso o empenho do Estado em fortalecer os investimentos. O que se observa é a crescente reprimarização da economia brasileira na produção desse setor que em tem mais de 50% (e no caso do minério de ferro mais de 70%) dos produtos minerais extraídos são primariamente beneficiados e exportados.

Acompanhados aos projetos de mineração, estão os conflitos por terra e água entre as comunidades camponesas e as mineradoras. No ano de 2014, as ocorrências de conflitos por terra e água envolvendo mineração, gravam contra populações tradicionais (42,7%), pequenos proprietários, posseiros e assentados (57,2%) (PADILLA e BOSSI, 2015).

A expansão da mineração e o controle das empresas mineradoras parece fazer parte do primeiro mecanismo, o de territorialização do capital. Oliveira (2004) assevera que

No mecanismo o qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num mar de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Por meio de sua territorialização no campo onde se instalam, as empresas mineradoras tratam imediatamente de realizar o processo de expropriação dos camponeses, e a sua conseqüente proletarização. De acordo com Martins (1991), estamos diante de um amplo processo de expropriação dos lavradores levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas, apoiadas particularmente nos incentivos fiscais onde começam a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra, leitura que pode ser realizada nos “novos” processos que estão em curso no sertão baiano.

O conjunto de situações envolvendo os conflitos e expropriações no campo pelas empresas capitalistas é subsidiado e efetivado por meio da mediação do Estado

sempre se prontificando para ratificação de seu papel fundamental da burguesia. Martins (1991) argumenta que

O próprio Estado, a quem supostamente incumbe zelar pelos direitos fundamentais da pessoa, tem se envolvido, diretamente ou através de empresas públicas, em conflitos pela terra. Desapropriações de lavradores [...]. Raciocinando como capitalistas, no intuito de supostamente diminuir custos, os representantes do Estado nesses empreendimentos esquecem sempre que os lavradores dessas regiões não têm terra para negociar, mas para trabalhar (MARTINS, 1991, p. 480).

Sendo a territorialização das empresas e a expropriação dos trabalhadores rurais pertencentes ao mecanismo planejado pelo sistema do capital para realização da reprodução ampliada, a conjuntura de aumento dessas situações coloca a necessidade cada vez maior de fortalecimento do Estado. Para Dutra Júnior (2011),

Garantir a reprodução ampliada e a acumulação de capital pressupõe um Estado cada vez mais atuante, tendo em vista que ao mundializar-se, a evolução da contradição essencial da sociabilidade capitalista - produção social x apropriação privada - torna mundial as repercussões das contradições e conflitos inerentes à marcha de desenvolvimento das forças produtiva se relações de produção consoantes à ampliação do valor de troca - a lógica coerciva da imposição de “leis naturais”, típicas dos estágios de acumulação primitiva, é retomada (DUTRA JUNIOR, 2011, p. 64).

Em se tratando de acumulação de capital e reprodução ampliada, as expropriações parecem se materializar por meio das mediações do tripé capital-Estado-trabalho. Para Martins (1991),

[...] a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer se reproduzir à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista (MARTINS, 1991, p.50).

Pelo potencial transformador do trabalho com relação à natureza ao próprio homem, o trabalho é gerador de toda riqueza social. No entanto a dimensão da natureza e dos bens oferecidos por ela também devem ser consideradas como geradoras de riqueza no modo de produção capitalista.

Marx nos fornece a compreensão da geração de riqueza por meio da natureza e não apenas do trabalho, refutando a uma afirmação do social democrata Lassale. Para Marx (2012),

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força do trabalho humana. [...] Apenas porque desde o princípio o homem se relaciona com a natureza como proprietário, a primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, apenas porque ele a trata como algo que lhe pertence, é que seu trabalho se torna a fonte de todos seus valores de uso, portanto, de toda riqueza. (MARX, 2012, p.24)

Assim como o sistema do capital avilta os trabalhadores, despojando de sua condição humana e reduzidos à meras mercadorias, a exploração dos recursos naturais pelos interesses individuais burgueses, deixam sua marca de sangue e de fogo⁸ nos diferentes territórios. Seja por meio do saque dos minérios, desmatamento de florestas e expulsão de seus povos tradicionais, destruição dos rios e das águas, e envenenamento do solo e dos alimentos quantidades exorbitantes de agrotóxicos. Essas consequências tanto imediatas como cumulativas, sustentam o ônus do equilíbrio da taxa de crescimento do capital. No mecanismo da acumulação capitalista a reprodução se dá do tipo ampliada, nas condições estratosféricamente degradantes já supracitadas. Moreira (2007) nos explica a diferença entre a reprodução simples e a de caráter ampliada. Para ele,

Quando o processo de reprodução se repete a cada ano nas mesmas proporções, como ocorre com as comunidades agrícolas e o pequeno artesanato, diz-se que há reprodução simples. Quando o processo de reprodução se repete sob uma forma mais vasta, diz-se que há reprodução ampliada. [...] só existe acumulação quando a reprodução é do tipo ampliado (MOREIRA, 2007, p 13).

No capitalismo é necessária a reprodução ampliada, Harvey (2006) recorre a Marx para abordar esse aspecto na dinâmica acumulativa do capital. Para ele,

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O Estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo de produção capitalista.

⁸ Alusão à Marx (2013, p.962), a acumulação primitiva do capital registra suas marcas de sangue e de fogo em todos os trabalhadores.

Expressa-se a missão histórica da burguesiana fórmula acumulação pela acumulação, produção pela produção (HARVEY, 2006, p. 43-44).

Os ditames de atendimento à reprodução ampliada estão presentes na organização da territorialização das empresas mineradoras, que traçando a lógica de atendimento ao lucro, vão na contramão da lógica da reprodução da vida, da realização do ser humano, ao expropriar as comunidades camponesas, se apropriar de suas águas, de suas terras, afirmam o caráter desumanizante, desfigurador e insustentável do capitalismo.

“A CHEGADA DO ESTRANHO”: conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetitê e Pindaí, Bahia

Martins (1993), ao tentar dar algumas pistas para o que pode ser o impacto dos grandes projetos econômicos sobre populações indígenas e camponesas na Amazônia alerta que

Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como, hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1993, p.62).

E ainda,

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirá-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1993, p.63).

Ao se instalar nos territórios tradicionais, nas comunidades camponesas, os grandes projetos retiram das populações a sua substancialidade de produzir, viver e trabalhar na terra. Assim tem acontecido nas comunidades camponesas dos municípios de Caetitê e Pindaí, Bahia com a chegada da mineradora Bahia Mineração para implantação do projeto de extração de minério de ferro Pedra de Ferro.

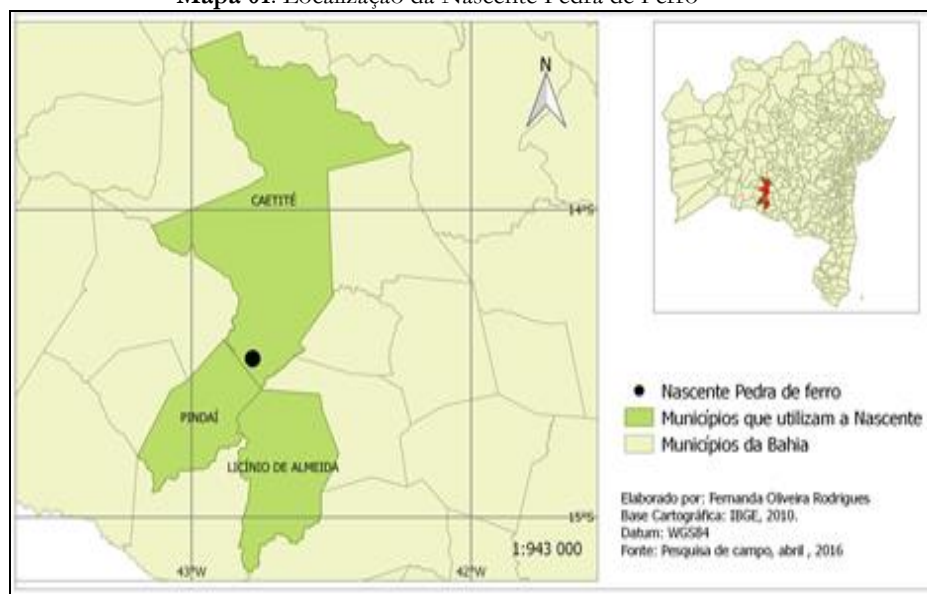
A empresa Bahia Mineração é um empreendimento brasileiro pertencente à mineradora *Eurasian Natural Resources Corporation* (ENRC), com sede no Cazaquistão. Esse grupo possui receitas anuais superiores a 4,1 bilhões. A instalação do projeto Pedra de Ferro abrange uma área afetada de 700 quilômetros se contabilizadas as áreas desde a adutora de água do Rio São Francisco no município baiano de Malhada até o terminal Portuário Ponta da Tulha, em Ilhéus, Bahia. A mina a ser instalada para retirada do minério de Ferro se localiza na Fazenda Pedra de Ferro, Distrito de Brejinho das Ametistas

englobando parte dos municípios de Caetité e Pindaí. Com a implementação do Projeto a Bamim pretende explorar 19, 5 toneladas de minério de ferro por ano.

Desde o início das ações e investimentos da empresa na região já se tem registrados 1320 famílias atingidas diretamente pelo empreendimento, das quais, cerca de 261 estão em conflito por água. A partir do ano de 2007 as ações do empreendimento são cada vez mais explícitas nos territórios camponeses da região Sudoeste: apropriação das águas e das terras que historicamente as comunidades fazem usufruto, expropriação de terras de comunidades tradicionais a exemplo das comunidades de Antas e Palmito.

A nascente do Rio Pedra de Ferro se localiza na divisa entre Caetité e Pindaí, é o único rio que não secou nos últimos anos nos período de seca. Ele é responsável por abastecer mais de 3 mil famílias das cidades de Caetité, Pindaí e Licínio de Almeida.

Mapa 01: Localização da Nascente Pedra de Ferro



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

No Município de Caetité, foram registradas seis comunidades em conflito por água Comunidade de Araticum, 18 famílias; Comunidade de Casa da Roda, 18 famílias; comunidade de Flores 21 famílias; Comunidade de João Barroca, 26 famílias; Comunidade de Olhos d'água dos Pires, 7 famílias; e Comunidade Rancho do Meio, 9 famílias, segundo os dados apresentados no relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014).

No município de Pindaí, somam-se 10 comunidades: Baixa Preta (19 famílias), Barra dos Crioulos (6 famílias), Barriguda (33 famílias), Cachoeira de Baixo (30 famílias), Cachoeira de Cima (17 famílias), Pau Ferro(10 famílias), Piripiri(5 famílias), Poço Comprido(27 famílias), Rega Pé(8 famílias), Tábuas (5 famílias).

A partir da metodologia adotada pela Comissão Pastoral da Terra, todos os conflitos registrados são por uso e apropriação particular, cuja ocorrência é o impedimento ao acesso a água. Porém a luta dessas comunidades se dá agora principalmente para impedir a construção da barragem de rejeito que a Empresa pretende fazer, caso isso aconteça toda área de nascente será desmatada e destruída. A acumulação capitalista não conhece limites, não respeita relações tradicionais. A tentativa da Empresa em destruir a Nascente é um resumo do estranho que chega, do estranhamento que os agricultores sentem. As corporações capitalistas chegam como um rolo compressor e se apropria dos recursos da natureza Smith nos esclarece

Debaixo da ordenação do processo de acumulação o capitalismo como um modo de produção deve-se expandir continuamente para poder sobreviver. A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente. Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção. Dessa forma, parece um paradoxo afirmar que um peixe não fígado, por exemplo é um meio de produção para a indústria da pesca.(SMITH, 1988,p.88)

Em entrevista no mês de março de 2015, alguns moradores fizeram relatos de como se deu a atuação da empresa desde o início de suas atividades. Segundo um dos entrevistados,

Nós somos diretamente dependente Riacho Pedra de Ferro, onde seria construída a barragem de rejeito da Bahia Mineração. A atuação da empresa aqui tem sido assim: eles têm uma abordagem até um pouco enganosa com o pessoal com quem eles negociam as terras. Primeiro eles negociaram as terras com o pessoal de Antas e a partir daí eles foram expandindo os seus contatos aí com o pessoal. A partir de uma audiência pública que teve em Guirapá, a gente estabeleceu um contato maior com essa empresa, e eles prometeram projetos para ajudar as comunidades impactadas. Mas na verdade esses projetos não passaram de fachadas ficaram no papel. Eles iniciaram o projeto de costura e não terminaram, o projeto de artesanato e não terminaram, foi uma coisa muito superficial, por cima, não teve continuidade. (Informação verbal, março de 2015).

Ao falar sobre o comportamento da empresa nas comunidades ele relata alguns abusos, como pode ser confirmado a seguir.

E a convivência com a população tem sido até um pouco invasiva porque eles estão fechando estradas, que são estradas públicas, que

sempre foram usadas para o deslocamento dos moradores de uma comunidade para outra, eles estão fechando com cerca, porteira, proibindo a passagem das pessoas em alguns lugares. O pessoal se sentiu intimidado, com a presença da empresa, com a segurança da empresa. Até mesmo porque não se conhece os nossos direitos de estar nas terras. (Informação verbal, março de 2015).

Ele ainda conta que o maior problema tem sido a dificuldade ao acesso a água que a empresa tem causado. Para outro entrevistado atingido pelo Projeto, o ponto central de resistência das comunidades é o Riacho Pedra de Ferro, “a água é o motivo principal para estarmos aqui, ela corre o ano todo e nunca secou” (Informação verbal, março de 2015). O camponês faz um relato sobre a tentativa da empresa de desmatar a área, sem que as comunidades fossem avisadas antes. Segundo ele,

Houve uma tentativa da empresa de desmatar a nascente pedra de Ferro, que é a nascente que abastece todo o Riacho e oferece água para todas as comunidades. Como nós descobrimos isso? A gente faz parte de uma comissão que foi criada, formalizada pela prefeitura de Pindaí para que pudesse acompanhar todas as ações em torno desse Riacho e manter um contato diretamente com a prefeitura para que as negociações não fugissem ao contato da comunidade, Então de vez em quando, agente ia na região fazer algumas rondas, ver como que tava, se tinha lixo agente comunicava a prefeitura, a gente tem vários ofícios já comunicando a prefeitura que havia lixo, que eles precisavam ter um pouco mais de atenção. E em uma dessas rondas que agente fez na área de preservação ambiental, a gente se deparou com a empresa, numa tentativa de desmatar toda a área da nascente. Então agente teve que de imediato resistir a isso, para que não houvesse essa ação de desmatamento. Aí chegou um caminhão, com várias pessoas, utensílios, moto serras, que eles usariam no desmate, então agente teve que ficar na cancela, não permitir a entrada, porque a gente já tinha conhecimento que era área de domínio público e de extrema importância para as comunidades, agente sabia também que não dava tempo de comunicar ao ministério público, nem a justiça, chamar a polícia, chamar alguém pra poder impedir. Então foi a comunidade mesmo que teve parar a ação da empresa. Nós aqui da baixa Preta, várias pessoas de João Barroca, e de outras comunidades aqui perto. Agente se reuniu e disse: ‘nós não vamos permitir a entrada de vocês, a área não pode ser desmatada, porque é uma área de preservação ambiental, de domínio público e de extrema importância pras comunidades’. Aí, a empresa resistiu não, mas agente tem que fazer o desmatamento, agente tem licença ambiental pra isso. Agente questionou essa licença, se o INEMA⁹ deu essa licença, pode tá irregular, agente desconhece isso, e se embora tenha essa licença agente precisa acionar a justiça pra que essa licença seja caçada ou pra que o

⁹O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) foi criado através da lei nº 12.212 de 4 de maio de 2011 e visa a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia. Neste sentido, o Inema tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima.

Inema preste esclarecimento porque deu licença pra desmatar uma área que não poderia de maneira alguma ser desmatada. Aí eles aguardaram um pouco, depois apareceu o pessoal da própria Bamim, representando a própria Bamim. Logo de cara agente foi vendo que eles não tinham licença mesmo. O que tava acontecendo é que eles pensavam assim, ‘vamo logo desmatar, todo mundo vai ficar quieto, depois agente paga uma multa, e tudo fica resolvido, e vamos colocar a barragem de qualquer jeito se acabar a água ninguém vai lutar mais’, se acabasse a água do Riacho agente não ia lutar mais, não ia fazer mais nada, ia lutar pra que? Aí o que agente fez, teve que vir nesse local todo dia, no outro dia agente teve que voltar novamente (Informação verbal, março de 2015).

No Brasil, observa-se o Estado legitimando as várias propostas das grandes corporações que objetivam não apenas o saqueamento dos recursos naturais, como a destruição de sistemas de vida inteiros. Essas ações são vistas nos projetos de lei como o Novo Marco Regulatório da Mineração (PL 5807/2013) e o chamado licenciamento “fast-track”- o caminho mais rápido para o entreguismo dos bens naturais à empresas capitalistas- componente dos projetos da Agenda Brasil. Harvey(2013) mostrando caminhos para compreendermos o livro de Marx O capital, nos diz sobre o esgotamento dos recursos naturais:

O capitalismo, como qualquer outro modo de produção, conta com a beneficência de uma natureza generosa, e, como Marx observa, a destruição e a degradação da terra faz tão pouco sentido no longo prazo quanto a destruição das forças coletivas de trabalho, pois ambas, estão na base da produção de toda a riqueza. Mas os capitalistas individuais, trabalhando por seus próprios interesses de curto prazo e impedidos pelas leis coercitivas da concorrência, são constantemente tentados a assumir a posição do *‘après moi le déluge’* com relação tanto ao trabalhador como ao solo. Mesmo quando isso não acontece, o curso da acumulação perpétua exerce enorme pressão sobre a expansão da oferta dos assim chamados recursos naturais, ao mesmo tempo que o aumento inevitável quantidade de dejetos testa a capacidade dos sistemas ecológicos de abolvê-los sem envenenar o meio ambiente. É provável que aqui também, o capitalismo encontre obstáculos que se tornarão cada vez mais difíceis de contornar. (HARVEY, 2013, p. 307).

O capital não conhece limites para sua exploração e expansão, ultrapassa as barreiras geográficas e se territorializa pela terra inteira tanto para explorar o solo urbano, como o campo. E sempre que preciso, usufruir de todos os recursos disponíveis na natureza. No campo, essa usurpação dos recursos e dos sujeitos que usam a terra e seus bens como valores de uso pelo capital, desdobram numa série de conflitos no campo. O campo Brasileiro, expressa uma totalidade dentro da totalidade do modo de produção

capitalista, os conflitos no espaço rural são resultado do movimento de expansão e acumulação do sistema do capital.

A luta das comunidades dos moradores pela água e pelo território, contra as ações do Empreendimento afirma a luta pela vida, contra o próprio sistema de acumulação do capital, cujo metabolismo transforma todos os recursos da natureza em mercadoria. A resistência dos camponeses caminha num rumo de usar a água como bem comum, que serve como valor de uso, bem vital e necessário para existência destas comunidades e do seu povo e seus modos de vida no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presenciamos o aumento significativo das mineradoras na protagonização de conflitos e violência no campo. Entretanto a lógica que envolve a causa desses conflitos não é nada nova, pois se trata do mecanismo de acumulação e realização do lucro. O Estado é o fulcro das políticas de desenvolvimento e acumulação efetivadas pelo poder privado, que se apropria do território- visto nessa perspectiva- desubstancializado de sua natureza conflitiva amparados também pela ideologia do consenso social e da gestão democrática das decisões dos grandes projetos implementados nas comunidades locais. A violação contra as populações atingidas e contra o meio ambiente é ontologicamente ligada à exploração minerária, principalmente quando se refere à destruição das águas, grande desperdício, privatização de nascentes e cerceamento dos direitos de usufruto das populações locais. As comunidades atingidas pela mineração, tem se organizado para resistir e enfrentar as tentativas de expulsão das terras, e principalmente intensificado a luta pela preservação e uso de suas águas.

No geral, os conflitos por água no Brasil cresceram. Na última década, correspondente aos anos de 2006 a 2015 somam-se 817 conflitos. Os anos de 2014 e 2015 apresentam o maior número de conflitos da década 127 e 135 respectivamente, com 214.075 pessoas envolvidas em 2014 e 211.685 em 2015.(CPT, 2016).

Em meio a realidade do crescimento dos conflitos por água e a expiação midiática sobre a crise hídrica e a “falta de água”, principalmente na região sudeste, o Governo brasileiro e as empresas de mineração apostam no funcionamento dos maiores minerodutos do mundo o Minas-Rio e o Manabi, os dois juntos gastariam mais de 5,5 milhões de água por hora.

Além disso, o que se observa nos últimos anos é o considerável aumento do protagonismo dos conflitos no campo pelas mineradoras. Em 2013, a CPT identificou 104 casos de conflitos por água, desse total, 31 são de mineradoras (29%) . A água é essencial à atividade mineradora. No exemplo do minério de ferro, ela é utilizada na supressão da poeira, manutenção de equipamentos e etc. Destarte, além dos conflitos pela instalação e expulsão de pessoas de suas terras, o processo de mineração acompanham uma série de apropriações das fontes de água. Essas apropriações se realizam sob as mais diversas formas: pelo uso do poder do dinheiro, pelas leis ou mesmo pelas forças da coerção e ameaças aos sujeitos que mantêm a água como um bem natural e não como mercadoria.

Nos municípios de Caetitê e Pindaí o projeto de mineração Pedra de Ferro de responsabilidade da Bahia Mineração- Ltda, tem gerado conflitos no campo, antes mesmo do início de sua instalação, pois antes de ser emitida a Licença de localização pelo IMA, a empresa já havia comprado terras, gerado especulação imobiliária, e feito seus investimentos de boa servidora dos municípios com patrocínios de recursos, atividades culturais, festivas, inclusive nas escolas da cidade.

Foram registrados cerca de 261 conflitos por água provocados pelo projeto. Esses conflitos são por uso e preservação das águas, cuja ocorrência é apropriação privada e cerceamento do direito de usufruto.

Os trabalhadores camponeses tem se organizado contra várias ações do empreendimento: cercamento, expropriações e desmatamentos. Porém, a luta principal destes, tem sido para evitar a construção da barragem de rejeito. A construção da barragem acarretaria no desmatamento de 45 quilômetros de vegetação nativa, além da destruição da Nascente do Riacho Pedra de Ferro, responsável pelo abastecimento de mais de 3 mil famílias nos municípios de Caetitê, Pindaí e Licínio de Almeida. Caso não houvesse organização e resistência das comunidades, os planos da empresa já estariam consumados, pois segundo os moradores, foram duas tentativas de desmatamento, sem licença, e inclusive a noite.

A luta pela permanência nos territórios, preservação das águas, não pode seguir outro caminho a não ser a contramão do capital e seu sistema de exploração sem limites e fronteiras, que reduz a natureza, a terra, as águas e os trabalhadores à condição de mercadorias para a realização do lucro.

Presenciamos o aumento significativo das mineradoras na protagonização de conflitos e violência no campo. Entretanto a lógica que envolve a causa desses conflitos não é nada nova, pois se trata do mecanismo de acumulação e realização do lucro. O

Estado é o fulcro das políticas de desenvolvimento e acumulação efetivadas pelo poder privado, que se apropria do território, dessubstancializado de sua natureza conflitiva amparados também pela ideologia do consenso social e da gestão democrática das decisões dos grandes projetos implementados nas comunidades locais.

O setor minerário tem aumentado suas ações e investimentos em toda América Latina. É um ramo atrativo e bastante lucrativo, já que a efetivação de seu lucro depende muito mais de uma ação especulativa do que produtiva, já que populações inteiras de Estados fragilizados e subservientes às demandas do mercado têm de pagar indenizações por estarem supostamente prejudicando as atividades das grandes empresas mineradoras.

A violação contra as populações atingidas e contra o meio ambiente é ontologicamente ligada à exploração mineraria, principalmente quando se refere à destruição das águas, grande desperdício, privatização de nascentes e cerceamento dos direitos de usufruto das populações locais. As comunidades atingidas pela mineração, tem se organizado para resistir e enfrentar as tentativas de expulsão das terras, e principalmente intensificando a luta pela preservação e uso de suas águas.

No geral, os conflitos por água no Brasil cresceram. Nos últimos dez anos foram registrados 748, conflitos, só em 2014, o número foi de 127, preservando a estabilidade do crescente número desde 2009.

O que se observa nos últimos anos é o considerável aumento do protagonismo dos conflitos no campo pelas mineradoras e com frente de expansão nos próximos anos, uma vez que em meio à turbulência midiática sobre a crise hídrica e a “falta de água” ocorrida nos últimos dois anos, principalmente na região sudeste, o Governo brasileiro e as empresas de mineração apostam no funcionamento dos dois maiores minerodutos do mundo o Minas-Rio e o Manabi, os dois juntos gastariam mais de 5,5 milhões de água por hora, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. **Caderno de conflitos no campo 2013**. Goiânia: CPT, 2014.

_____. **Caderno de conflitos no campo 2014**. Goiânia: CPT, 2015.

BARRETO, Raniery Muricy. **Estudo dos Estados Brasileiros/Bahia**. Fundação Perseu Abramo/ Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 2014.

BOGO, Ademar. **Teoria da Organização Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUTRA JUNIOR, Wagnervalter. **Geografia, capitalismo e desenvolvimento** Ensaio sobre o “Estado de exceção”. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

HARVEY. David. **A produção Capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LIMA, Lucas Gama. A Sociabilidade reificante do Capital por meio da política de desenvolvimento territorial. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. (org.). **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

_____. **Despindo o Estratagema das políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: O desmascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: Fernandes, Bernardo Mançano. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 249-274.

MOREIRA. Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela. 2004.

SANTOS. Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, MILTON; SOUZA, MARIA ADELIA A. de.; SILVEIRA, MARIA LAURA. **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Submetido em: 04 de abril de 2016

Aceito em: 10 de agosto de 2016